Sábado, 21 de Novembro de 2026

Bolsonaro recebeu R$ 44 milhões desde 2023, sendo quase metade em PIX

Relatório da Polícia Federal

DA FOLHAPRESS

Jair Bolsonaro (PL) recebeu cerca de R$ 44,3 milhões em suas contas bancárias de março de 2023 a junho de 2025, apontam os dados da análise da Polícia Federal juntada ao inquérito sobre as suspeitas de obstrução do julgamento da trama golpista, que levaram ao indiciamento do ex-presidente e do seu filho Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

A análise se baseia em informações levantadas pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

A maior parte desse valor se concentra em apenas um ano, de março de 2023 a fevereiro de 2024, quando o ex-presidente recebeu pouco mais de R$ 30 milhões. Já o segundo maior montante recebido foi de 20 de dezembro de 2024 a 5 de junho deste ano, quando Bolsonaro recebeu R$ 11,1 milhões.

Ao todo, no período dos quase dois anos, R$ 20,7 milhões recebidos foram provenientes de transações em PIX —sendo que cerca de R$ 19,3 milhões foram enviados de março de 2023 a fevereiro de 2024. Enquanto o montante recebido do PL em todo o período, segundo esses dados, foi de R$ 1,1 milhão.

Em meados de 2023, aliados fizeram uma campanha para arrecadar dinheiro para Bolsonaro pagar multas e advogados, o que gerou uma onda de doações por Pix. O relatório da PF só relata os recebimentos mas não cita a campanha.

O órgão diz que há suspeitas de indícios de lavagem de dinheiro e de outros ilícitos penais por parte do ex-presidente e de Eduardo.

Procurada pela Folha, a defesa de Bolsonaro não se manifestou sobre a análise da PF. Eduardo Bolsonaro não foi localizado para comentar.

Em relação ao indiciamento, a defesa do ex-presidente afirmou na manhã desta quinta-feira (21) que recebeu a notícia com surpresa e que "jamais houve o descumprimento de qualquer medida cautelar previamente imposta" pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Já Eduardo chamou, em nota na noite de quarta-feira (20), de "crime absolutamente delirante" os apontamentos que resultaram no indiciamento.

Movimentações em conta

Segundo a análise da PF, Bolsonaro foi identificado como parte envolvida em comunicações reportadas por unidades de inteligência financeira ao Coaf. Ainda de acordo com a investigação, as operações financeiras com suspeitas de "lavagem de dinheiro e outros ilícitos" nas contas de Bolsonaro ocorreram entre 1º de março de 2023 e 5 de junho de 2025.

Apenas de 1º de março de 2023 a 7 de fevereiro de 2024, teriam sido movimentados R$ 30.576.801,36 em créditos e R$ 30.595.430,71 em débitos nessas contas, aponta a análise.

O documento registra nesse período o recebimento, via Pix, de R$ 19,3 milhões em 1.214.254 lançamentos. Já o PL, partido de Bolsonaro, que aparece como o principal pagador nesse período de um ano, transferiu o montante de R$ 291,7 mil a Bolsonaro. Os maiores gastos, por sua vez, foram feitos aos advogados do ex-presidente, no valor de R$ 6,8 milhões.

A PF afirma que foram analisadas 50 comunicações de operações financeiras que envolvem pessoas relacionadas às investigações da trama golpista. Dessas comunicações, quatro tratam de suspeitas relacionadas a Bolsonaro, e quatro, a Eduardo Bolsonaro.

Foram analisadas ainda outras transações feitas pelo ex-presidente e por seu filho. Parte delas é citada no relatório da PF que embasou o indiciamento dos dois, divulgado na quarta-feira (20).

O documento cita, por exemplo, que Bolsonaro transferiu R$ 2 milhões a Eduardo em 13 de maio de 2025, como foi informado pelo próprio presidente em depoimento. No entanto, também afirma que foram remetidos R$ 30 mil em março e R$ 40 mil em abril, quando Eduardo já estava nos EUA —de acordo com o texto, ele chegou ao país em 27 de fevereiro.

Em relação ao Bolsonaro, a PF diz que "chama atenção o volume de operações de câmbio realizadas ao longo do período analisado, que totalizaram R$ 105.905,54, especialmente considerando que o ex-presidente está com o passaporte retido e proibido de deixar o país".

A análise policial ainda ressalta a transferência de R$ 2 milhões de Bolsonaro à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro em 4 de junho deste ano, um dia antes de ele prestar depoimento na investigação. A PF entende que ele fez a transferência para a conta de sua esposa para evitar bloqueios de recursos.

O relatório da PF que embasou o indiciamento diz que também Eduardo usou conta de sua esposa para evitar bloqueios de recursos.

Segundo a investigação, o deputado fez dois repasses para Heloísa Bolsonaro "como forma de escamotear" os valores antes encaminhados a ele pelo pai.

Para a PF, a análise das transações aponta que Bolsonaro e Eduardo utilizaram "diversos artifícios para dissimular a origem e o destino de recursos financeiros, com o intuito de financiamento e suporte das atividades de natureza ilícita do parlamentar" no exterior.

Em depoimento à polícia, Bolsonaro já disse que as transferências a Eduardo foram abastecidas por campanhas de doação feitas por apoiadores do ex-presidente.

A investigação também afirma que Bolsonaro realizou 40 transações de janeiro a julho de 2025, entre saques em caixas eletrônicos e atendimento presencial em guichê bancário.

"No total, foram contabilizados R$ 130.800,00. Não se ignora a eventual necessidade do ex-presidente em realizar despesas de pequeno vulto, sobretudo durante deslocamentos e viagens realizadas ao longo de agendas públicas. Entretanto, o grande volume de transações em dinheiro físico é indício relevante no contexto probatório, considerando os riscos associados à falta de rastreabilidade e a possibilidade de financiamento de ações de caráter ilícito", disse a PF.